

//

  
**UFRGS**  
EDITORA

# O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E  
ECONOMIA NA OBRA DE  
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO  
ORGANIZADOR

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

# **O BRASIL EM CONSTRUÇÃO**

**TEORIA, HISTÓRIA E  
ECONOMIA NA OBRA DE  
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

Reitor

**Rui Vicente Oppermann**

Vice-Reitora e Pró-Reitora  
de Coordenação Acadêmica

**Jane Fraga Tutikian**

EDITORA DA UFRGS

Diretor

**Alex Niche Teixeira**

Conselho Editorial

**Álvaro R. C. Merlo**

**Augusto Jaeger Junior**

**Enio Passiani**

**José Rivair Macedo**

**Lia Levy**

**Márcia Ivana de Lima e Silva**

**Naira Maria Balzaretti**

**Paulo César Ribeiro Gomes**

**Rafael Brunhara**

**Tania D. M. Salgado**

**Alex Niche Teixeira, presidente**

**Centro de Estudos Internacionais  
sobre Governo (CEGOV)**

**Diretor**

Marco Cepik

**Vice Diretor**

Ricardo Augusto Cassel

**Conselho Científico CEGOV**

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel De-  
marco, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,  
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis  
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares  
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa  
Marx

**Coordenação Coleção Editorial CEGOV**

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,  
Marco Cepik

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

# O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E  
ECONOMIA NA OBRA DE  
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO  
ORGANIZADOR

**UFRGS**  
EDITORA

**CEGOV**  
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS  
SOBRE GOVERNO

© dos autores  
1ª edição: 2017

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Coleção CEGOV**  
**Transformando a Administração Pública**

Revisão: Letícia Rodrigues

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos  
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Capa: Marcel Oliveira de Souza

Diagramação: Marcel Oliveira de Souza

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

---

B823 O Brasil em construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca [recurso eletrônico] / organizador Ivan Colangelo Salomão. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.  
310 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

Inclui anexo e referências.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política econômica. 4. História econômica. 5. Teoria econômica. 6. Desenvolvimentismo. 7. Macroeconomia. 8. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Obra - Homenagem. I. Salomão, Ivan Colangelo. II. Série.

CDU 330.34

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0486-0

13

O DESENVOLVIMENTISMO  
NA OBRA DE PEDRO  
CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO

*Bacharel (2007) em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Mestre (2010) e doutor (2013) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.*

Os momentos capitais para a formação e a transformação da realidade brasileira suscitam interpretações que exigem ampla fundamentação empírica e cuja evolução reside, invariavelmente, no contraditório. Nesse sentido é que se justifica a afluência de análises, explicações e teses que se multiplicam, se complementam e polemizam. Nas palavras de Ianni (2000, p. 56), “daí a pluralidade de visões do Brasil; e a pluralidade de Brasis”.

Eventos dessa natureza exigem apreciação multiprismática capaz de evidenciar os diferentes aspectos que os envolvem, gerando análises, não raro, conflitantes. Trata-se, este, do caso do desenvolvimentismo, definido por Fonseca (2013, p. 28) como “a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista”.

O desenvolvimentismo foi concebido no final do século XIX, quando, no desenrolar dos acontecimentos políticos e econômicos que emolduraram o fim do regime imperial, autores passaram a pensar o Brasil e a problematizar os caminhos para suplantar os desafios impostos a uma nação que havia pouco se reconhecia como tal. Fenômeno de magnitude histórica e de relevância incontestada para a atual configuração social, política e econômica do país, a pesquisa sobre o desenvolvimentismo requer análise exaustiva não apenas por motivação de cunho historiográfico, mas principalmente para fazer avançar o debate acerca dessa política tão cara à constituição do Brasil contemporâneo.

Assim sendo, este capítulo tem por objetivo sistematizar as mais relevantes contribuições do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca para o entendimento do desenvolvimentismo, resgatando seus principais trabalhos que circunscrevem o tema. Seu interesse pelo assunto remonta à pesquisa por ele realizada para elaboração de sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1980. Naquele momento, a dileção pela temática se lhe surgia através do estudo do positivismo, ideologia que influenciou sobremaneira a formação do desenvolvimentismo brasileiro.

O positivismo, doutrina filosófica e social criada pelo pensador francês Augusto Comte, procurava, inicialmente, valorizar o humanismo e a racionalidade científica. Além disso, contribuiu para negar a concepção te(le)ológica da história, reforçando a necessidade da atuação humana para a construção de seu próprio destino. Sob o entendimento de que o futuro almejado não adviria espontaneamente, o positivismo suplantou o debate acerca da plausibilidade da intervenção estatal; passou-se a discutir, a partir de então, com que extensão e em quais condições esta se faria mais conveniente.

A filosofia comtiana considerava a mão invisível e o mercado autoequilibrado entes incapazes de garantir o fomento das atividades produtivas. Dessa forma, atribui-se à aliança do Estado com a iniciativa privada o meio mais adequado para se viabilizar o progresso, formando-se, assim, a “instituição positivista”, definida por Bosi (2001, p. 274) como o “Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado”.

De todas as suas particularidades, tratou-se de seu viés racional e científico para o estudo da sociedade das mais relevantes contribuições para a formação do desenvolvimentismo, pois este propôs uma linha evolutiva na sociedade humana, à qual se associou a ideia de progresso. Ao considerarem inevitável a ação do homem como forma de superação do atraso, os positivistas concorreram para moldar a faceta não liberal do desenvolvimentismo. Nesses termos, o positivismo contribuiu para sua gênese ao conceber “a história como um processo em construção, de responsabilidade da ação dos homens e, mais especificamente, dos governos, os quais devem nortear sua *práxis* em políticas efetivas visando a um futuro desejável” (FONSECA, 2008, p. 13).

Conquanto já se fizesse presente em diversos estados brasileiros, a dimensão alcançada pela penetração do positivismo no Rio Grande do Sul tornou paradigmática a experiência política e administrativa desse estado devido, mormente, à influência sobre os eventos históricos que a sucederam em nível nacional. Tratou-se, afinal, dos atores responsáveis pela transposição da bem-sucedida experiência regional para a realidade federal. Conforme assinala Fonseca (2004b, p. 12), o “desenvolvimento” passava a habitar a retórica oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de modo deliberado e intencional. O emprego do termo “marcha” no discurso de Getúlio não era fortuito; antes, evidenciava a noção de que a superação do atraso não brotaria espontaneamente, mas “deveria resultar de decisão organizada, implementada com determinação e disciplina”<sup>1</sup>.

A experiência política e administrativa de aproximadamente quatro décadas acumulada pelos republicanos sulistas esteve, para Bosi (2001), na raiz das transformações por que passou o país após a ascensão de Vargas ao poder central<sup>2</sup>. Abertamente antiliberal nas práticas econômicas e autoritária na esfera política,

---

(1) A prioridade da matéria extrapolava o discurso do governador do estado. A centralidade do crédito e da atuação estatal no fomento à produção materializou-se, a 22 de junho de 1928, na criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ao qual caberia “fazer a defesa de nossa produção, constituindo um propulsor da riqueza e do progresso” (*apud* FONSECA, 2004b, p. 14).

(2) Após sua chegada ao governo federal, Getúlio Vargas rompeu gradualmente com dogmas do positivismo e passou a utilizar-se de instrumentos condenados pelo grupo gaúcho do qual fazia parte, tais como uma política fiscal expansiva que preconizasse, quando necessário, um orçamento deficitário, empréstimos públicos como meio de fomentar a produção e o estabelecimento de uma legislação trabalhista capitaneada pelo Estado.

a gestão implementada pelos dirigentes do PRR esteve diretamente marcada pelo positivismo, oportunamente classificado por Heinz (2009, p. 264) como “político, instrumental e militante”.

Diante de tais significados teórico e histórico, portanto, Fonseca buscava no positivismo, já no início da década de 1980, elementos econômicos que alargassem o entendimento do conflito entre “chimangos” e “maragatos” no extremo sul do país. Além das notórias divergências políticas – como, por exemplo, o modelo de governo mais adequado à realidade nacional, se parlamentarista ou presidencialista –, passaram a revelar-se diferenças significativas entre dois projetos econômicos para o estado: um liberal e outro mais “autonomista” e afeito à determinada intervenção estatal, tal qual preconizavam os seguidores de Comte. Dessa etapa de sua pesquisa surgiu, anos depois, o artigo “Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas”, publicado em 1993 pela revista *Ensaio FEE*.

Os estudos de Fonseca restringiam-se, até então, à realidade sul-rio-grandense. Sua envergadura como problema de pesquisa expandiu-se para o plano nacional quando dos estudos que embasaram sua tese de doutorado, defendida em 1987, na Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Iraci del Nero Costa.

Tendo como objeto de análise o governo Vargas, a pesquisa apoiava-se, em termos metodológicos, na análise dos discursos de Getúlio desde a época em que estudava direito em Porto Alegre. Fonseca notou que o pensamento de Vargas sofrera mudanças expressivas ao longo das últimas duas décadas da República Velha, passando de ideias marcadamente positivistas para um discurso eivado de características novas. Vislumbravam-se ali elementos de um fenômeno político-ideológico inédito, o qual abandonaria dogmas caros ao positivismo, como o superávit fiscal, em benefício de uma intervenção estatal qualificada, posteriormente classificada como desenvolvimentista. Ergia-se, naquele momento, uma das principais linhas de pesquisa que o acompanhariam durante o resto de sua trajetória acadêmica.

Observa-se que a contribuição teórica, histórica e metodológica que Pedro Fonseca ofereceu ao tema deu-se de forma gradual. Mas logo de início, sua pesquisa indicava que os elementos fundantes do desenvolvimentismo já se faziam presentes antes de a política econômica desenvolvimentista propriamente dita vir a ser executada. A tese da coexistência prévia (e paralela) das ideias, que posteriormente formariam o desenvolvimentismo foi paulatinamente construída; ainda assim, retroagir as origens do fenômeno para antes da “Revolução de 1930” representava assumir riscos não negligenciáveis, uma vez que se ia de encontro ao que pregava a historiografia tradicional.

Nesse sentido, seu primeiro *insight* surgiu ao atestar a indissociabilidade entre industrialização e desenvolvimentismo. Em artigo publicado na revis-

ta do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas (DAECA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fonseca buscou condicionar o desenvolvimentismo à consciência da política pró-industrialização. À luz do marco teórico de *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, além de recorrer a elementos weberianos, Fonseca passou a defender a impossibilidade de um desenvolvimentismo inconsciente, pois projeto que é, exige, por definição, desígnio prévio. Ao analisar os discursos e arrolar as medidas do governo Vargas já na década de 1930, acumulavam-se indícios robustos para sustentar tal interpretação. Assim, refutava-se a tese da “industrialização espontânea”, segundo a qual a industrialização consciente só teria abarcado setores de insumos e bens de capitais com o Plano de Metas, durante o governo Juscelino Kubistchek (1956-1961). Essa primeira abordagem foi veiculada no artigo “Estado e industrialização consciente: 1930-1955”, publicado em 1987 pela revista *Questões de Economia Política*.

A relação imperiosa entre industrialização e desenvolvimentismo foi sendo amadurecida com a evolução de sua pesquisa. Por oportunidade da palestra proferida no IV Encontro de Economia da Região Sul, em Maringá (2001), sua tese foi reforçada por conceitos oriundos do institucionalismo, corrente teórica bastante difundida na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos, mas ainda pouco trabalhada no Brasil, mormente na área de história econômica.

De forma esquemática, o *approach* institucionalista recorria à lógica elementar: se instituições – leis, códigos, normas, órgãos etc. – não surgem sem atos deliberados, como classificar a industrialização observada a partir da década de 1930 no Brasil de “não intencional”? A lista de medidas adotadas pelo governo Vargas com esse intuito parece não deixar espaço para dúvida de que o processo de industrialização não só foi consciente, como tampouco se restringiu aos Departamentos 2 e 3, à la Kalecki. Da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), passando pela reforma educacional e a legislação do trabalho, tornava-se difícil argumentar que todas as transformações que ocorriam no país não resultavam de ação deliberada, expressa nos discursos e a um alto custo político, inclusive. Foi desse entendimento que surgiu a ideia para o artigo “Sobre a intencionalidade da política industrializante da década de 1930”, publicado em 2003, na *Revista de Economia Política*.

O tema voltou a ser objeto de pesquisa por ocasião do Colóquio de História do Pensamento Econômico, realizado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em homenagem a Ricardo Tolipan. Conquanto a temática do evento se concentrasse em História do Pensamento Econômico – área à qual se dedicou o professor homenageado –, Fonseca explorou a intersecção entre história econômica e pensamento econômico em exposição sobre as origens do pensamento da Comissão de Assuntos Econômicos para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Buscando separar a teoria em que se baseia da política econômica desenvolvimentista propriamente dita – ideias e práxis –, a leitura prévia à participação no evento revelava que as ideias as quais posteriormente formariam o desenvolvimentismo já se anunciavam havia muito em diversos meios, como o jornalístico, o militar e, em especial, no ambiente político. Fonseca não pretendia minimizar a incontestável contribuição que o surgimento da CEPAL proporcionou à difusão não apenas das diretrizes, mas também, e principalmente, das políticas desenvolvimentistas. Almejava, apenas e tão somente, demonstrar que, antes mesmo de a CEPAL ser criada, em 1948, ideias (e intenções) semelhantes às suas já encontravam adeptos no Brasil, inclusive com presença no discurso oficial.

Nesse sentido, argumentou que aquilo que outrora se limitavam a críticas parciais associadas a interesses específicos passaram, depois da constituição do *think tank*, a ser reconhecidas pela comunidade internacional como saber científico. De fato, esse organismo desempenhou relevante papel ao conferir lastro teórico a ideias que, embora fossem defendidas havia muito por autores brasileiros e latino-americanos, somente na década de 1950 é que foram transformadas em programa de pesquisa, com linguagem e forma mais rigorosas.

A tese da antecipação das ideias em relação à prática se defrontava com a interpretação, hegemônica à época, segundo a qual o desenvolvimentismo fora concebido pela CEPAL. Esta considerava apenas a teorização sobre o desenvolvimentismo, mas não sua existência factual e histórica, como política econômica parcialmente antecipada por administrações estaduais e adotada, *de facto*, pelo governo brasileiro a partir de 1930. Por esse prisma é que se justificava, até então, a industrialização anterior à CEPAL como espontânea ou inconsciente.

Presente na plateia do evento na Universidade Federal do Rio de Janeiro anteriormente mencionado, o editor à época da *Revista Brasileira de Economia* da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro pediu a Fonseca que formalizasse a argumentação em um artigo e o submetesse ao periódico. Dessa solicitação surgiu o *paper* “Origens e vertentes do pensamento cepalino”, publicado em 2000 pela referida revista, no qual, ao resgatar as correntes que formaram o estruturalismo cepalino, Fonseca identificou suas três principais influências teóricas: o liberalismo de “exceção”, o positivismo e o intervencionismo industrializante de List. A primeira baseia-se no próprio entendimento de determinados autores clássicos – especialmente, Adam Smith e John Stuart Mill –, os quais assumiam o liberalismo como regra, mas admitiam casos em que se fazia imperiosa a atuação do Estado. Esta, por sua vez, justificava-se na medida em que se atingissem determinados fins – como o progresso e o bem-estar social –, tal qual apregoava o positivismo. Por fim, à intervenção estatal guardava-se um escopo específico, nos moldes do que propusera o economista alemão Friedrich List no século XIX: a industriali-

zação, único meio de tornar “justo” o comércio entre países, gênese da teoria da deterioração dos termos de troca Singer-Prebisch<sup>3</sup>.

Já na primeira metade da década de 2000, momento em que se criava a área de economia do desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, a temática voltou a ensejar novas pesquisas que subsidiassem as disciplinas do curso. Assim, baseado na taxonomia anteriormente criada para sistematizar as origens do pensamento cepalino, surgiu uma das principais contribuições de Fonseca à literatura: a delimitação do “núcleo duro” do desenvolvimentismo.

Ainda que difusa e não sistematizada, as correntes que o compõem – a saber, o nacionalismo, a industrialização e o papelismo – restringiam-se a ideias independentes, as quais não configuravam um projeto formalmente elaborado. Assim como a dialética de Hegel, a economia ricardiana e o socialismo utópico, isolados, não encerravam o marxismo, as três correntes supracitadas, quando apartadas, tampouco abarcavam a envergadura do projeto desenvolvimentista em sua completude. Conforme ressalta Fonseca (2004a, p. 2), “sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo. Este não pode ser reduzido a simples medidas de expansão da Demanda Agregada, a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria”<sup>4</sup>. Ao somatório das três correntes faltava o invólucro de um último elemento necessário para sua plena configuração histórica: a defesa de uma ação racional com o propósito de construir um futuro desejável – o positivismo. Nesse sentido, Fonseca argumenta que da união dessas causas surgiu um fenômeno inédito, o qual não apenas extrapolou o sentido individual de cada uma delas, como também se sobrepôs ao alcance prático e ao significado teórico de seu simples somatório.

A lógica subjacente a seu raciocínio embasa a tese de que, no plano das ideias, a concepção do ideário remonta a décadas anteriores à sua implementação como política econômica propriamente dita. Ainda assim, ressalta Fonseca que “nem sempre os três elementos do ‘núcleo duro’ aparecem associados historicamente”, de modo que, para se falar em desenvolvimentismo, portanto, deve-se verificar a “associação daqueles em um *conjunto comum* de ideias concatenado e estruturado” (FONSECA, 2004a, p. 2, grifos do autor).

Nesse sentido, argumenta-se que o desenvolvimentismo não irrompeu de forma espontânea e repentina, tampouco surgiu em decorrência da crise econômica iniciada com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque, em 1929. Tratou-se,

---

(3) A tese da deterioração dos termos de troca, tradicionalmente atribuída a Raúl Prebisch, guarda expressiva similaridade com uma das bases do Sistema Nacional de Economia Política, de List. Ao indicar que as origens de um dos principais pilares do estruturalismo cepalino fora antecipada décadas antes por aquele economista alemão, Fonseca foi um dos primeiros analistas a destoar do referido consenso entre os economistas desenvolvimentistas.

(4) Mais uma vez, observa-se a pertinência de seu esforço em diferenciar o projeto desenvolvimentista do keynesianismo.

pelo contrário, de um típico processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país. Enraizado localmente, diferia, por exemplo, do movimento antropofágico, o qual, embora tenha procurado assimilar criticamente valores culturais estrangeiros, foi, por estes, diretamente moldado e influenciado. De modo que, ao grupo que assumiu o poder em 1930 não se fazia totalmente desconhecido o corpo das ideias desenvolvimentistas – embora qualificações de rumo e de vulto foram a ele ulteriormente adicionadas.

Quando se perscruta as origens do fenômeno, percebe-se, pois, que sua história possui raízes mais longevas. Naquele momento, já se fazia clara a noção de que o desenvolvimentismo surgiu da união dessas três correntes, as quais surgiram separadas e, ainda antes de 1930, amalgamaram-se para, gradativamente, dar forma ao desenvolvimentismo como política econômica factual. Confirmava-se, ademais, que o positivismo não compunha o “núcleo”, pois precisava ser superado para dar veia a um fenômeno novo. Essa tese foi formalizada no artigo “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, publicado pela revista *Pesquisa & Debate*, em 2004.

Em que pese a farta bibliografia referente às duas primeiras vertentes do “núcleo duro”, pouco se conhecia acerca da terceira: o papelismo. Em 2005, por ocasião de sua exposição no IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, em Lisboa, o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira sugeriu que se esclarecesse de forma mais detida a relevância do papelismo para a formação do desenvolvimentismo. Assim, recomendou que Pedro Fonseca explorasse melhor essa hipótese em artigo à parte, sugestão da qual surgiram os trabalhos “A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil”, apresentado em 2008 no XXXVI Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), em Salvador, e ‘Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas’, publicado em 2012, em parceria com a professora Maria de Lourdes Mollo, pela *Nova Economia*.

Por fim, o tema voltou a ser objeto de sua análise quando, convidado por Ricardo Dathein – organizador da coletânea sobre desenvolvimento econômico incumbida a professores e alunos do PPGE/UFRGS (*Desenvolvimentismo*, 2015) –, Pedro Fonseca ficou a cargo da redação do primeiro capítulo da obra, o qual, em algum grau, sintetiza toda sua acepção acerca do fenômeno.

Diante dos diversos entendimentos sobre o desenvolvimentismo presentes na literatura, Fonseca inovou ao buscar uma definição para o conceito que fugisse do “tipo ideal” para, assim, eximir-se de valoração apriorística.

Ao perceber que tanto a ortodoxia quanto parte dos autores marxistas associava o desenvolvimentismo ao populismo, evidenciava-se que ambos tendiam a cir-

cunscrevê-lo ao período da substituição de importações, estratégia sutil para atestar a datação do fenômeno. Ao definir desenvolvimentismo à luz de suas próprias idiosincrasias teóricas e/ou ideológicas, a maioria dos autores permitia que concepções “axiomáticas” moldassem o resultado de suas análises. Desse modo, a polissemia do conceito resultava em ambiguidade quanto ao espectro denotativo por ele coberto.

Assumindo que um conceito corresponde a um fenômeno tanto da realidade histórica quanto da ideia no discurso político, Fonseca apoiou-se no método de “construção de um conceito”, desenvolvido pelo cientista político italiano Giovanni Sartori, para definir o desenvolvimentismo a partir das experiências históricas observadas na América Latina ao longo do século XX. Fonseca estudou as diversas experiências latino-americanas consideradas pela literatura como desenvolvimentistas para delimitar o conjunto de atributos que categorizam o conceito.

Além de concentrados na história brasileira, seus estudos sobre o desenvolvimentismo salientavam, até então, os diversos aspectos que circunscvem a política econômica propriamente dita, fossem esses instrumentos meio ou fim. A partir da referida pesquisa empírica, o conceito de desenvolvimentismo formulado por Fonseca passou a abarcar, também, aspectos institucionais, resultando no artigo “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”, publicado originalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2013, e, posteriormente, no livro supracitado.

Diante dos fatos narrados acima, observa-se que a evolução da pesquisa de Pedro Fonseca acerca do desenvolvimentismo deu-se de forma escalonada, porém contínua. Sua significativa contribuição para a literatura extrapola a área do desenvolvimentismo, ainda que seus trabalhos mais conhecidos discorram direta ou indiretamente acerca da temática.

Além disso, nota-se que a maioria dos artigos publicados sobre o tema (em livros ou periódicos) veio à tona quando demandados por colegas pesquisadores ou editores de revistas. Também apoiado na contribuição de seus orientandos, cujos trabalhos instigam e incitam novas pesquisas, Fonseca fez de sua obra sobre o desenvolvimentismo referência obrigatória aos que se encarregam de estudar e pretendem entender a realidade brasileira do século XXI.

## REFERÊNCIAS

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FONSECA, P. C. D. Estado e industrialização consciente: 1930-1945. **Questões de**

**economia política**, Porto Alegre, ano 3, n. 4, p. 20-32, 1987.

\_\_\_\_\_. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaaios FEE**, v. 14, n. 2, p. 410-21. Porto Alegre: FEE, 1993.

\_\_\_\_\_. As origens e vertentes do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), p. 133-48, jan./mar. 2003.

\_\_\_\_\_. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004a.

\_\_\_\_\_. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas no contexto da I República. XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. João Pessoa, 2004b.

\_\_\_\_\_. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FONSECA, P. C. D.; MOLLO, M. de L. R. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 22 (2), p. 203-233, maio/ago., 2012.

HEINZ, F. M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 263-289, 2009.

IANNI, O. Tendências do pensamento brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, 12 (2), p. 55-74, nov. 2000.